



Diagnóstico e Avaliação de Impactos Galiléia

Turismo, Cultura, Esporte e Lazer



Sumário

1	Introdução	10
2	Metodologia.....	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico.....	15
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	24
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Galiléia	26
3.1	Caracterização Geral.....	26
3.2	Análise Temática	36
3.3	Clipping de Notícias.....	71
3.4	Textos Acadêmicos	76
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	81
4.1	Turismo	81
4.2	Cultura.....	82
4.3	Esporte e Lazer	83
5	Avaliação de Impactos	85
5.1	Metodologia.....	85
5.2	Resultados	105
6	Créditos e Referências	125

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	18
Tabela 2 População - Galiléia e Minas Gerais (1991,2000 e 2010)	28
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Galiléia e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	29
Tabela 4 IDHM e seus componentes - Galiléia e Minas Gerais (1991,2000 e 2010)	32
Tabela 5 PIB (1.000 reais) – Galiléia e Minas Gerais (2011, 2012 e 2013).....	34
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Galiléia e Minas Gerais (2000 e 2010)	36
Tabela 7 Síntese dos dados coletados no Inventário Turístico de Galiléia	38
Tabela 8 Equipamentos de hospedagem	46
Tabela 9 Equipamentos de refeição	47
Tabela 10 Serviços de transporte.....	50
Tabela 11 Locais e templos de fé/edificações	51
Tabela 12 Índice Mineiro de Responsabilidade Social: indicadores selecionados da dimensão Cultura – Galiléia (2014-2016)	60
Tabela 13 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Galiléia (2013-2017).....	62
Tabela 14 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Galiléia (2014-2016)	62
Tabela 15 Atrativos culturais inventariados	65
Tabela 16 Espaços de esporte e lazer	71
Tabela 17 Clipping de notícias de Galiléia.....	72
Tabela 18 Síntese de citações	77
Tabela 19 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	86

Tabela 20 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais	88
Tabela 21 Planilha de identificação dos impactos ambientais	121
Tabela 22 Listagem de participantes de reunião institucional em Galiléia	125
Tabela 23 Equipe Técnica	125

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	21
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	22
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	22
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	23
Figura 6 Mapa de localização município de Galiléia	31
Figura 7 Mapa dos bens, serviços e atrativos Identificados em Galiléia	40
Figura 8 Cachoeira do Candinho	54
Figura 9 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	56
Figura 10 Espaços e equipamentos culturais	63
Figura 11 Sala da memória	64
Figura 12 Foto veiculada no jornal Estado de Minas em 19/11/2015	75
Figura 13 Nuvem de termos para o clipping município de Galiléia	76
Figura 14 Modelo de Gráfico de Radar	91
Figura 15 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos	92

Figura 16 Classificação da Significância de Impactos	93
Figura 17 Equipamentos culturais que sofreram impacto em Galileia	108
Figura 18 Localização da Cachoeira do Candinho	112
Figura 19 Balsa em Galiléia.....	114

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto por setor de atividade - Galiléia (2013).....	35
Gráfico 2 Impactos na imagem do município.....	107
Gráfico 3 Impacto sobre locais de importância cultural e turística	109
Gráfico 4 Impacto sobre Equipamentos Destinados a Práticas Esportivas	111
Gráfico 5 Impacto direto sobre atrativos turísticos e de lazer	113
Gráfico 6 Alteração de Costumes e das Formas de Lazer	115
Gráfico 7 Impacto econômico no turismo - hospedagem.....	117
Gráfico 8 Impacto no fluxo turístico para o município – alimentação e bebidas	118
Gráfico 9 Impacto no Fluxo Turístico para o Município – serviços e equipamento de transportes turísticos	119
Gráfico 10 Impacto na paisagem.....	120

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IEPHA: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MINC: Ministério da Cultura

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Galiléia, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Galiléia aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Galiléia/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Galiléia. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce; em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios da área de interesse que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsídio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores. Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que, com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos

formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O *TapSee* permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Galiléia

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

O processo de ocupação do território onde se localiza Galiléia remonta à formação histórica do Vale do Rio Doce e se caracteriza por dois períodos. O primeiro, no século XVIII, foi marcado pelo intento das bandeiras paulistas de explorar as minas de ouro e diamante. Tal período é conhecido como “ciclo minerador”. O segundo ocorreu na transição do século XIX para o XX, tendo como indutor a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas (BARBOSA, 1995; IBGE, 2016).

Em meados dos anos 1920, José Pereira Sete e Antônio Alves da Rocha tomaram posse de terras naquela localidade. Ainda naquela década, José Pereira Sete doou o terreno para o futuro povoado de São Tomé, à época pertencente ao distrito de Igreja Nova, localizado no município de Itambacuri (BARBOSA, 1995).

São Tomé viria a se tornar distrito na década seguinte, em 1938, por meio do Decreto nº 148, de 17 de dezembro de 1938. Contudo, em razão da força das crenças religiosas de seus habitantes, o nome Galiléia foi adotado para o município, criado por meio da Lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948. A denominação se trata de alusão à Galiléia da Palestina, terra natal do apóstolo Tomé (BARBOSA, 1995).

Inicialmente, o município era formado por três distritos: Galiléia (sede), São Geraldo do Baixo e Sapucaia do Norte. São Geraldo do Baixo, todavia, foi posteriormente promovido à categoria de município com base na Lei Estadual nº 12.030, de 21 de dezembro de 1995 (IBGE, 2016).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

A área na qual Galiléia está situada corresponde a 743,768 Km², pertencendo à Mesorregião do Vale do Rio Doce e à Microrregião de Governador Valadares (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média anual é de 23.3° C.

Os municípios limítrofes são: Divino das Laranjeiras, Governador Valadares, Tumiritinga, Conselheiro Pena, São Geraldo do Baixo e Central de Minas (MINAS GERAIS, 2016). Galiléia é, ainda, formada pela sede e pelos distritos de Santa Cruz de Galiléia e Sapucaia do Norte.

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, a população de Galiléia, em 2016, era de 7.047 habitantes e sua densidade demográfica de 9,62 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

O município apresentou crescimento populacional negativo nos períodos compreendidos entre os anos de 1991 e 2000 (-1,03%) e 2000 e 2010 (-0,41%). Sendo assim, verifica-se que sua taxa média de crescimento populacional é menor do que a do estado de Minas Gerais. Este apresentou 1,43% de crescimento no período de 1991 a 2000 e 0,91% entre 2000 e 2010 (ATLAS BRASIL, 2016).

No que diz respeito à taxa de urbanização de Galiléia, destaca-se que, em 2010, o município tem uma pequena parcela de sua população em situação rural, 18,11%, enquanto outros 81,89% estão em área urbana. Tal cenário é semelhante ao encontrado no estado de Minas Gerais, onde, no mesmo ano, 85,29% dos habitantes estavam domiciliados em área urbana e apenas 14,71% moravam em área rural (ATLAS BRASIL, 2016).

Nesse sentido, tal qual pode ser observado na Tabela 2, abaixo, a taxa de urbanização do município apresentou aumento ao longo do período compreendido entre os anos de 1991 e 2010.

Tabela 2 População - Galiléia e Minas Gerais (1991,2000 e 2010)

População e área do domicílio (%)			
	1991	2000	2010
População urbana			
Galiléia	70,86	78,91	81,89
Minas Gerais	74,87	82,00	85,29
População rural			
Galiléia	29,14	21,09	18,11
Minas Gerais	25,13	18,00	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Sobre a distribuição da população por gênero, é possível dizer que há uma diferença mínima entre o percentual dos habitantes dos sexos masculino e feminino, tanto em Galiléia quanto em Minas Gerais. Em 2010, 48,99% da população do município era do sexo masculino frente a 51,01% para o sexo feminino. No estado, os valores, para o mesmo ano foram 49,2% e 50,80%, respectivamente (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Galiléia, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 40,54%, em 1991, para 23,54%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

Porém, o percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (4,62%, em 1991, para 14,15%, em 2010), é significativamente menor do que o encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Além disso, observa-se que, em 2010, somente 4,50% da população de Galiléia possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Galiléia possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em Galiléia, no ano 2000, a razão de dependência foi de 59%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 53,21%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 9,8% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Galiléia e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

		1991	2000	2010
Galiléia	Razão de dependência	73,48%	59,00%	53,21%
	Taxa de envelhecimento	6,67%	7,66%	9,80%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Especialmente no ano de 2010, identifica-se diferenças entre os valores atribuídos a Galiléia e a Minas Gerais, sobretudo na razão de dependência.

⁷ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O acesso a Galiléia é feito pelo meio rodoviário. A BR-259 liga a cidade aos municípios de Governador Valadares (68 km) e Conselheiro Pena (25 Km). A cidade também conta com estradas vicinais que a ligam às áreas rurais da região. O município se encontra a 380 km de distância de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais (IBGE, 2016; PRÁXIS, 2016).

A companhia Águia Branca é a responsável pelo transporte intermunicipal. O acesso ao serviço aeroviário mais próximo se dá por meio do Aeroporto Coronel Altino Machado de Oliveira, no município de Governador Valadares. Os serviços ferroviários, por sua vez, podem ser acessados na cidade de Conselheiro Pena (PRÁXIS, 2016).

As principais prestadoras de serviços de telefonia e internet móveis em Galiléia são a Claro, a Tim e a Vivo. O município conta, ainda, com uma rádio privada e não oficial, a Transa Leste.

A Figura 6, abaixo, aponta a localização e as principais vias de acesso ao município de Galiléia.

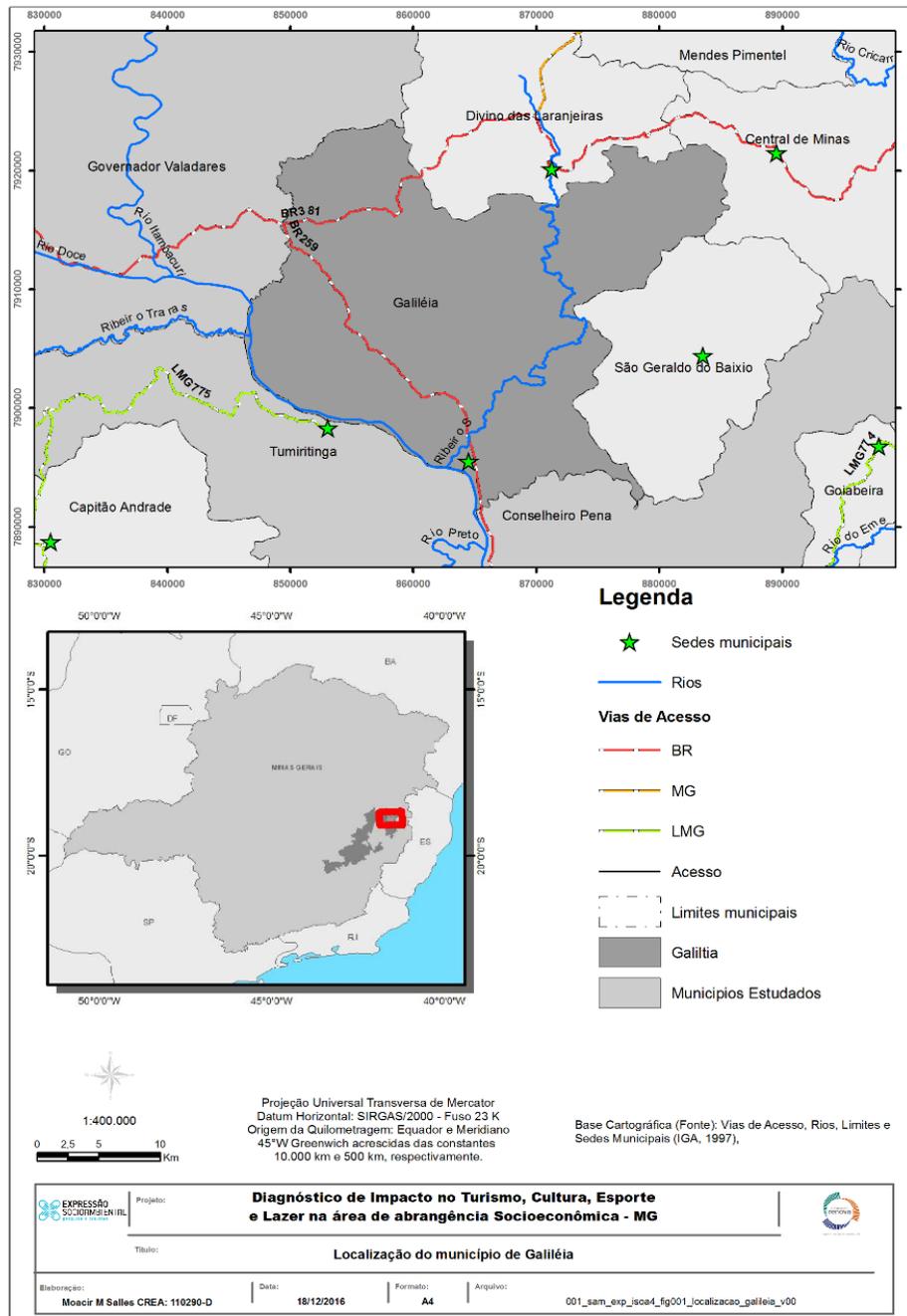


Figura 6 Mapa de localização município de Gallíia

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (Atlas Brasil, 2016).

Em relação ao IDHM de Galiléia, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,284 do IDHM total, 0,177 do IDHM longevidade, 0,123 no IDHM renda e 0,389 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Galiléia e Minas Gerais (1991,2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Galiléia	0,370	0,531	0,654	0,618	0,715	0,795	0,522	0,580	0,645	0,157	0,361	0,546
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Galiléia foi de 0,654 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,157 para 0,546.

No entanto, observa-se que o IDHM de Galiléia manteve-se constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macroestrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Galiléia, é possível identificar que o PIB do município cresceu no período de 2011 a 2013. Entre 2011 e 2012, porém, o percentual de crescimento teve uma queda, passando de 9,4% para 8,2%. Já entre 2012 e 2013 verificou-se incremento deste valor, que passou para 10,9%. Cabe destacar, também, que a variação dos períodos citados foi expressivamente superior aos índices encontrados em Minas Gerais, que, em 2013, registrou 4,1% (PRÁXIS, 2016).

Tabela 5 PIB (1.000 reais) – Galiléia e Minas Gerais (2011, 2012 e 2013)

Local	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Galiléia	61.631	9,4	66.362	8,2	73.567	10,9
Minas Gerais	619.103	7	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB per capita, destaca-se a sua evolução no período, sendo de R\$8.052,05, em 2010, e R\$10.373,27, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

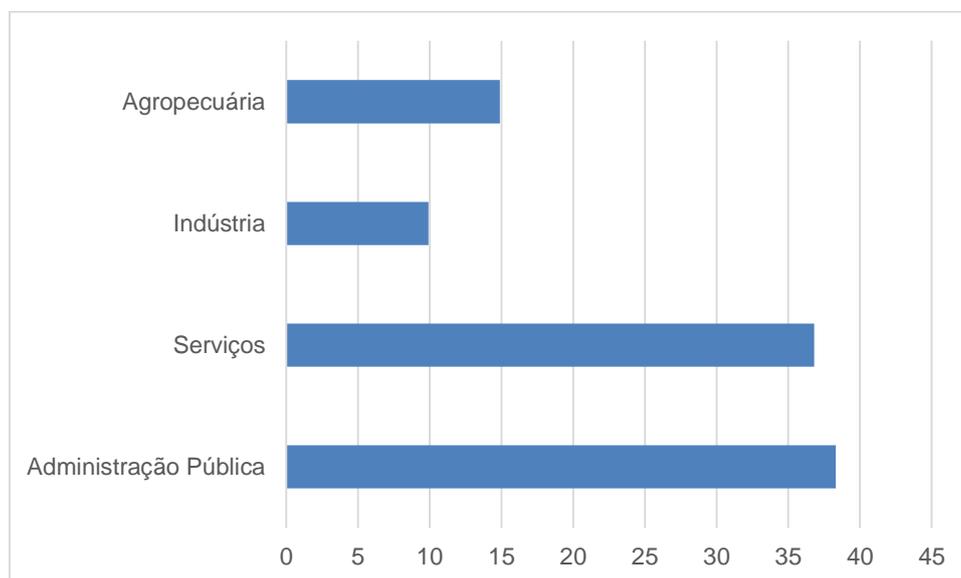
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Galiléia, encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 38,3% e 36,8%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (Práxis, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esses tipos de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto por setor de atividade - Galiléia (2013)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 9,9% e 14,9%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Para ambos, observa-se diferenças significativas entre o município e Minas Gerais (Práxis, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Galiléia possuía 2.255 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 2.547 no ano de 2010, indicando um crescimento pouco significativo. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas em 2000 e 9.264.527 em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016). Assim, constata-se que o aumento do número de pessoas ocupadas em Galiléia no período estudado foi inferior ao encontrado no estado de Minas Gerais.

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Galiléia e Minas Gerais (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Galiléia	2.255	2.547
Minas Gerais	7.153.508	9.264.527

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Conforme dados coletados em 2014, a atividade econômica que apresentava o maior quantitativo de empregados era a administração pública, 431, dos quais os assistentes administrativos encontravam-se em maior número no setor, que dispunha de 2 estabelecimentos. Já a agropecuária era responsável por 149 empregos em 49 estabelecimentos (Data Viva, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Quanto à legislação urbanística, identificou-se que Galiléia conta com a Lei Orgânica Municipal (Lei nº 01/2008).

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Galiléia. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁸. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Galiléia para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Galiléia, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. O inventário de oferta turística realizado em Galiléia permitiu identificar um total de 42 bens, serviços e atrativos. O atrativo natural de destaque no município é o Córrego Laranjeiras que desagua no rio Doce. A rua Dorival Machado, popularmente conhecida como rua da “barca”, constitui um dos principais atrativos culturais entre os moradores de Galiléia.

⁸ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese dos dados coletados no Inventário Turístico de Galiléia

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	26
Equipamento de hospedagem	2
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	14
Transporte	2
Locais/templos de manifestação de fé	8
Serviços e equipamentos para eventos	0
Outro serviço e equipamento turístico	0
Equipamentos Culturais	5
Meios de Comunicação	3
Equipamentos Culturais	2
Equipamentos de Esporte e Lazer	2
Equipamentos de Esporte e Lazer	2
Atrativos	3
Atrativo natural	1
Atrativo cultural	2
Diversidade Cultural	6
Grupos Culturais	3
Calendário Cultural	2
Gastronomia	1
Total	42

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados também na Figura 7.

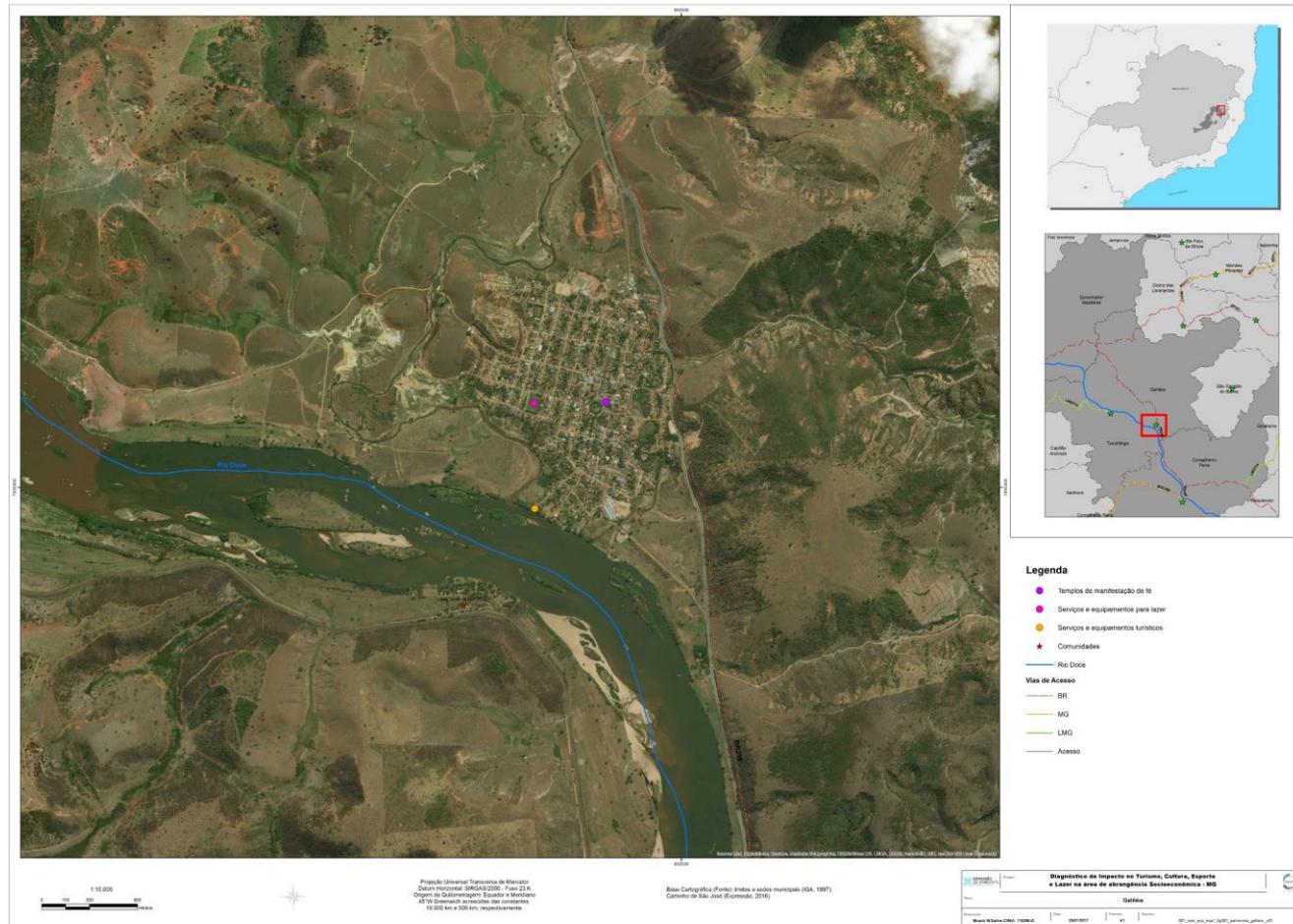


Figura 7 Mapa dos bens, serviços e atrativos Identificados em Galiléia

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2013), avalia, dentre outras variáveis, a “Organização Turística do Município⁹”. Este indicador se refere à participação do governo municipal na formulação e

⁹ O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei Nº 18.030/2009, Galiléia não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural. À época, apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas.

O município possui órgão específico responsável pela gestão do turismo, que é a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, embora, segundo o gestor público entrevistado, não conte com dotação orçamentária própria para a gestão dessa política. A incipiência da política de turismo em Galiléia se expressa também pelo fato de o município não dispor de Plano Municipal de Turismo - PMT, a principal ferramenta de planejamento e gestão setorial.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município o desenvolvimento de uma série de ações, estando entre elas:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, o Plano possui um horizonte de planejamento de quatro anos, que é reelaborado a partir de mudanças no cenário do município, a fim de garantir as estratégias de atuação para a implementação da Política Municipal de Turismo.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

O município não possui Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, a principal instância de participação, controle social e decisão sobre os rumos dessa política setorial no município, inclusive na elaboração do PMT.

Segundo a SETUR/MG (2014), o Conselho Municipal deve ser “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

Os gastos orçamentários de Galiléia na subfunção turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009, segundo a FJP (2013).

O município também não possui um Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O Município de Galiléia não aderiu ao Programa Nacional de Regionalização do turismo e, conseqüentemente, não integra a política estadual dos Circuitos Turísticos - CTs, principal instrumento de gestão estadual.

Desse modo, o município também não participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo, que visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de um repasse financeiro mensal, além de estimular a formatação/implantação, por parte dos mesmos, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

Galiléia possui restrita infraestrutura de atendimento ao turismo. Os levantamentos de campo possibilitam afirmar que o município não conta com nenhum serviço de agenciamento turístico, tampouco de espaços para eventos.

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”.

Tomando por base essa definição, foram inventariadas duas pousadas em Galiléia. Somada a infraestrutura de todos os meios de hospedagem, o município conta com 26 unidades habitacionais e um total de 44 leitos. São eles:

- Hotel e Restaurante do Júlio;
- Pousada Rio Doce.

Tabela 8 Equipamentos de hospedagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Em relação aos empreendimentos de refeições, lanches e/ou bebidas que prestam serviços remunerados, foram identificados 14. Os estabelecimentos que tiveram seus respectivos inventários atualizados ou validados são os que se seguem:

- Renã Lanches;
- Pizzaria da Mari;
- Bar do Donizete;
- Lanchonete do Posto;
- Quiosque Castanheira;
- Restaurante self-service do Raulino;
- Padaria do Júlio;
- Quitanda da Lu e Casa do Açáí;
- Sorveteria Tropical;
- Lanchonete do Gais;
- Distribuidora e Tele Cerveja do Madson;



- Sabor Mundial;
- Hotel e Restaurante do Júlio;
- Bar Canto da Praça.

Tabela 9 Equipamentos de refeição

Renã Lanches



Pizzaria da Mari



Bar do Donizete



Lanchonete Posto





Quiosque Castanheira



Restaurante self-service do Raulino



Padaria do Júlio



Quitanda da Lú e Casa de Açaí





Sorveteria Tropical



Lanchonete do Gais



Sabor Mundial



Hotel e Restaurante do Júlio



Bar Canto da Praça



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

No segmento dos serviços e empresas de transportes foram identificados dois prestadores de serviços: uma balsa, que faz o percurso Galiléia a São Tomé do Rio Doce (pertencente a Tumiritinga), e um ponto de táxi.

Tabela 10 Serviços de transporte

Balsa Galiléia – São Tomé



Ponto de Táxi



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.4 Locais e Templos de Fé/Edificações

O trabalho de atualização do INVTUR possibilitou inventariar oito templos de fé. Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, estes locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé presentes no município de Galiléia.

- Paróquia São João Batista;
- Igreja de São Tomé;
- Igreja Evangélica Assembleia de Deus;
- Igreja Pentecostal Deus é Amor;
- Igreja Ebenézer Pentecostal;
- Igreja Batista Filadélfia;
- Igreja Cristã Maranata;
- Igreja Presbiteriana de Galiléia.

Tabela 11 Locais e templos de fé/edificações





Assembleia de Deus



Igreja Pentecostal Deus é Amor



Igreja Ebenézer Pentecostal



Igreja Batista Filadélfia



Igreja Cristã Maranata



Igreja Presbiteriana de Galiléia



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.5 Atrativos Naturais

O município de Galiléia possui um atrativo turístico natural: a Cachoeira do Candinho.

Localizada em um afluente do rio Doce, a Cachoeira do Candinho está a uma distância de aproximadamente 340 metros da zona urbana de Galiléia. Esta era utilizada pela população local como forma de lazer para passeio ao ar livre, banho, pesca amadora e realização de piqueniques.



Figura 8 Cachoeira do Candinho

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A figura a seguir traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.



Figura 9 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura

Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação para os municípios, 2012.

É nesse contexto que se apresenta, em seguida, informações sobre a política cultural no município de Galiléia, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão, legislação e fontes de financiamento, mecanismos de controle e participação social, espaços e equipamentos, diversidade cultural, calendário de eventos e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

Do ponto de vista da gestão pública municipal de cultura, Galiléia não conta com secretaria exclusiva, sendo a política cultural realizada através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹⁰ da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

Durante as entrevistas realizadas no município pela Expressão Socioambiental, em 2016, foi informado que o município já havia aderido ao Sistema Nacional de Cultura. Porém, os dados oficiais do Ministério da Cultura, datados de setembro de 2016, indicam o contrário. Galiléia ainda não assinou o Acordo de Cooperação Federativa com a União, que tem como objeto estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações no âmbito da competência do município.

Até o momento, Galiléia não instituiu o seu Sistema Municipal de Cultura e tampouco elaborou o Plano Municipal de Cultura. Não conta, ainda, com fundo ou legislação municipal de incentivo à cultura.

Realça-se, também, que o município não possui política estruturada e continuada na área cultural. A partir da análise dos dados constantes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014¹¹ realizada pelo IBGE, pode-se perceber que não

10 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”

11 A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

foram realizadas ações culturais pela municipalidade, tendo sido citada apenas a promoção de festivais ou mostras de cinema/vídeo.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

No que se refere à participação da sociedade civil na política cultural, Galiléia não possui Conselho Municipal de Cultura, importante mecanismo de controle e participação social.

Ainda não foi realizada nenhuma Conferência Municipal de Cultura, de modo a promover o diálogo com a sociedade civil sobre as necessidades, desafios e potencialidades para o desenvolvimento da cultural local. Porém, há registros de sua participação na 1ª e 2ª Conferência Nacional de Cultura, promovidas pelo Ministério da Cultura.

O município conta com o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural criado pelo Decreto nº 007/2002. Entretanto, o Conselho encontra-se inativo, dificultando o desenvolvimento da política de patrimônio.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

O município possui dotação orçamentária específica para a execução da política cultural, a qual se compõe de recursos próprios, advindos do orçamento municipal e de parcerias com o governo do estado.

O gestor municipal entrevistado não soube informar o percentual dos recursos destinados à execução da política cultural em relação ao orçamento geral do município. Afirmou, contudo, que a indisponibilidade de recurso financeiro é um dos principais problemas para o desenvolvimento da política cultural no município.

A Tabela 15 traz os valores do orçamento municipal destinados à cultura, relativos aos anos de 2014 e 2015, que podem ser consultados no Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹².

Tabela 15 Despesas previstas e liquidadas – Galiléia (2014 e 2015)

Item / Função	2014	2015
Despesa total Prefeitura (valor atualizado)	17.196.000,00	18.400.000,00
Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)	14.052.593,09	12.675.560,64
Despesa total com a função Cultura (valor executado e liquidado)	79.214,81	194.573,93
Ações de manutenção da Secretaria de Cultura (valor executado e liquidado)	63.333,32	32.431,43
Realização de festas tradicionais, eventos culturais e festividades	11.891,49	162.142,50
Ações de manutenção do patrimônio histórico e cultural (valor executado e liquidado)	3.990,00	0,00

Fonte: Portal Minas Transparente, 2016

OBS: Apenas valores liquidados. Os empenhados não foram aqui considerados.

De acordo com tal fonte, constam R\$ 79 mil gastos na função Cultura em 2014, o que correspondia a 0,5% do orçamento municipal anual executado. Desse total, 80% foi destinado à manutenção da Secretaria de Cultura, 15% à realização de festas tradicionais,

¹² Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. "Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio".

eventos culturais e festividades, em subfunções diversas, e os 5% restantes foram gastos com ações de consultoria para manutenção do patrimônio histórico e cultural.

Já no orçamento de 2015, o valor da função Cultura foi ampliado para pouco mais de R\$ 194 mil, o que correspondeu a 1,5% do orçamento municipal realizado. Em paralelo a tal ampliação, houve mudança na distribuição dos recursos, ficando a manutenção da Secretaria de Cultura com 17% dos gastos liquidados e a realização de festas tradicionais, eventos culturais e festividades com os 83% restantes. Nesse exercício não houve gastos com a manutenção do patrimônio histórico e cultural.

Outro indicador importante é o Esforço Orçamentário em Cultura e Patrimônio, avaliado pela Fundação João Pinheiro. Este expressa a participação percentual dos gastos em difusão cultural e em preservação do patrimônio cultural no total de gastos orçamentários municipais declarados nas prestações de contas anuais e reflete a prioridade conferida a este setor no conjunto das políticas públicas implementadas em âmbito local. Em 2007, o esforço orçamentário em relação ao total das despesas de Galiléia foi de 0% na preservação do patrimônio cultural e 0,1% em difusão cultural, ao passo que em 2013 manteve-se em 0% para o patrimônio e elevou-se para a 2,5% em 2013¹³, conforme pode ser visto na Tabela 12.

Tabela 12 Índice Mineiro de Responsabilidade Social: indicadores selecionados da dimensão Cultura – Galiléia (2014-2016)

Ano	Gasto per capita com atividades de preservação do patrimônio cultural	Gasto per capita com difusão cultural	Esforço Orçamentário em atividades de preservação do patrimônio cultural	Esforço Orçamentário em difusão cultural
	R\$ correntes	R\$ correntes	%	%

13 <http://imrs.fjp.mg.gov.br>

2007	0	12,01	0	0,1
2011	0	29,84	0	1,7
2013	0	49,31	0	2,5

Fonte: FJP, 2016

O município de Galiléia vinha participando nos últimos anos da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural¹⁴, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade. Entretanto, não apresentou documentação para o exercício 2017, o que impacta diretamente no repasse de recursos para o município.

Nesse quesito, conforme pode ser visto nas Tabela 13 e Tabela 14, o município tinha obtido pontuação 7,50 para o exercício 2013 e 6,75 para 2015, o que significou, neste último ano, um montante anual de mais de R\$ 135 mil em decorrência do critério Patrimônio Cultural na cota-parte do ICMS repassado ao município.

Em 2016, tal valor já havia sofrido queda significativa, provavelmente em virtude da ausência de investimento e de comprovação de realização de ações obrigatórias previstas na política de patrimônio cultural do Estado.

Para 2017, o município recebeu apenas a pontuação devida à salvaguarda de um bem registrado em esfera federal, que é a manifestação da capoeira.

14 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao IEPHA documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

Tabela 13 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Galiléia (2013-2017)

Município	ICMS exercício 2017	ICMS exercício 2015	ICMS exercício 2013
Galiléia	1,40	6,75	7,50

Fonte: IEPHA, 2016

Tabela 14 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Galiléia (2014-2016)

Municípios	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016*
Galiléia	949,34	135.836,01	43.129,55

Fonte: FJP, 2016

OBS.: O valor de 2016 não contém o valor repassado no mês de dezembro.

O município também não possui uma política de fomento à cultura, assentada em instrumentos tais como a lei de incentivo à cultura. Essa legislação contribui sobremaneira para que grupos e artistas desenvolvam sua capacidade de elaboração e gestão de projetos culturais. Por consequência, incentiva agentes locais a submeterem projetos artístico-culturais aos editais de incentivo à cultura publicados anualmente pela União, pelo governo do estado (Lei de Incentivo e Fundo) e pela iniciativa privada.

3.2.2.1.4 Programa Projetos e Práticas

Como anteriormente exposto, o município aderiu, mas não participa regularmente da política de ICMS Patrimônio Cultural do estado de Minas Gerais.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

O sítio de interesse histórico identificado em Galiléia é a Rua Dorival Machado, conhecida como Rua da Barca, que tem início próximo à Prefeitura e dá acesso ao porto no rio Doce. No referido porto, dá-se acesso à barca por meio da qual a população local se desloca de Galiléia para a estação São Tomé do Rio Doce, pertencente ao distrito de Tumiritinga. O porto abriga um quiosque equipado com sinuca e mesas, de onde é possível contemplar o rio Doce.

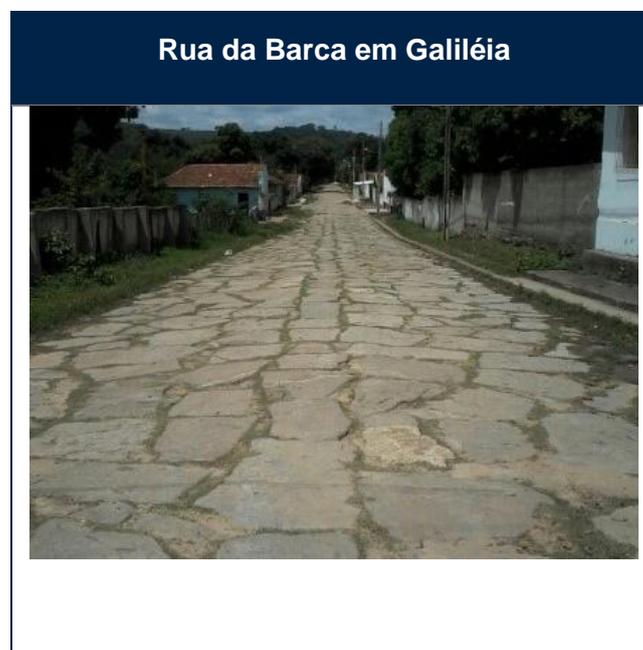


Figura 10 Espaços e equipamentos culturais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e Demais Espaços Expositivos

O município de Galiléia não dispõe de espaços culturais, tais como teatro, dança, sala de espetáculo ou cinema, necessários para abrigar produções artísticas. As manifestações culturais locais são, em sua maioria, de cunho popular e se desenvolvem na Praça São Pedro, em outros logradouros públicos e, eventualmente, no Ginásio Municipal de Esportes.

Esses são também os principais pontos de encontro da comunidade para recreação, lazer, eventos, apresentação de bandas e peças teatrais.

3.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

O município conta com a Biblioteca Pública Municipal Padre José Correia, em bom estado de conservação e acervo de 5 a 7 mil livros (SEC, 2016).

À exceção das Igrejas e da Sala da Memória da Biblioteca Pública, o município carece de espaços destinados à preservação e fruição da memória e do patrimônio móvel local, tais como arquivo público.



Figura 11 Sala da memória

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.2.3 Atrativos Culturais

Foram inventariados três atrativos culturais, organizados e definidos a partir de elementos culturais materiais e imateriais. Todavia, ao serem utilizados para fins turísticos, esses atrativos culturais passam a atrair tais tipos de fluxo.

Tabela 15 Atrativos culturais inventariados

Tipo de atrativo cultural	Nome oficial
Edificações	Igreja São João Batista
Instituições Culturais	Acervo da Sala de Memória de Galiléia
Sítios Históricos	Rua Dorival Machado (Rua da Barca)

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

Galiléia apresenta pequena diversidade de manifestações culturais, ainda que seja conhecida como “Terra da Manga”. O gestor entrevistado avalia que, em se tratando de um município conhecido pela produção de manga e seus derivados, falta melhor exploração desse potencial como símbolo da identidade local.

Além da revista institucional “Galiléia”, em sua quarta edição, o apoio da Prefeitura às atividades culturais se dirige à Feira da Família e à promoção de shows em datas festivas.

O artesanato, como uma das formas mais espontâneas da expressão cultural galileense, é representado, segundo o IBGE, pelo bordado, crochê, trabalhos em madeira, pedras preciosas e, com menor expressão, pela cerâmica.

Os grupos artísticos locais mencionados na pesquisa de campo são do ramo da música, com destaque para os grupos: Varandão Sertanejo, Zé Lacerda Reis e Cezar e Alexandre. Também vinculado à atividade musical, tem-se o Projeto Ensinando a Tocar da prefeitura,

que consiste em oferecer aulas de violão gratuitas para crianças e adolescentes no salão da Igreja São João Batista.

Os principais produtos gastronômicos identificados são feitos com manga, cachaça, licor, rapadura, doce, bombom, sorvete, geleia e torta.

3.2.2.4 Calendário Cultural

O calendário cultural do município se compõe de poucos eventos ao longo do ano, a saber:

- Fevereiro: Carnaval;
- Abril: Semana Santa;
- Junho: Festa de São João, padroeiro municipal e demais festas juninas;
- Julho: Dia do Trabalhador Rural (dia 25, feriado);
- Outubro: Dia do Evangélico (dia 31, feriado);
- Dezembro: Festival da Manga com eleição anual da Rainha da Manga e Aniversário da Cidade (dia 27, feriado).

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

A frágil estrutura de gestão cultural e a descontinuidade da política de preservação do patrimônio histórico e artístico local não favoreceram o município inventariar e tombou ou registrar número expressivo de bens materiais e imateriais. Desse modo, o único bem tombado no município é a Igreja de São João Batista.

Destaca-se que Galiléia possui uma “Sala da Memória”, na Biblioteca Pública, com galeria de Prefeitos, imagens antigas da cidade e objetos de referência. Não dispõe, porém, de museus, galerias ou outros espaços para exposição de seus acervos, tampouco de arquivo público para o abrigo e conservação de documentos que registrem a história e a memória locais.

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a

concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial. É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Galiléia, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

No tocante à estrutura institucional, verifica-se que as áreas de Esporte e Lazer são representadas pela Secretaria Municipal de Esportes, demonstrando a relevância das mesmas para a concepção de bem-estar do município.

O secretário municipal de esportes informou que o município não possui sistema de informações e indicadores para planejar, monitorar e avaliar a gestão da política de esporte e lazer. Relatou, também, que a Prefeitura de Galiléia não desenvolveu Plano Municipal de Esporte e Lazer, embora a Política Nacional do Esporte assinale que é papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”.

Além disso, constatou-se não haver Conselho Municipal de Esporte. Por essa razão, o município não participa do ICMS Esportivo, programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte (Minas Gerais, 2016).

Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base, isto é,

ano civil imediatamente anterior ao de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (Minas Gerais, 2016).

Galiléia estava entre os 474 municípios mineiros que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer, segundo apontou estudo realizado pela Fundação João Pinheiro, por meio do indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte¹⁵” do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS.

3.2.3.1.2 Financiamento e Fomento

De acordo com o gestor municipal entrevistado, o município não tem Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer ou legislação de incentivo ao Esporte e/ou Lazer.

Em contrapartida, há uma dotação orçamentária específica destinada à Secretaria Municipal de Esportes, que corresponde de 01 a 02% do orçamento total da Prefeitura. O secretário relatou que a Prefeitura também utiliza recursos próprios e de apoios não financeiros para promover, fomentar e apoiar iniciativas deste setor.

Os gastos orçamentários de Galiléia em 2013 nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 1% do total do orçamento municipal, conforme indicado nas prestações de contas anuais. Em 2009, esse percentual era de 0,6%, o que indica um aumento de 40% no período de 2009 a 2013¹⁶.

¹⁵ O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes. A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais (FJP, 2013).

¹⁶ Dados do indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer¹⁶” do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de “Esporte e Lazer”.

É válido ressaltar que o gestor público entrevistado não soube responder se houve queda na arrecadação relativa a produtos e serviços do Esporte e/ou Lazer no município em decorrência do Evento.

3.2.3.1.3 Programas, Projetos e Práticas

De acordo com um levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, o município de Galiléia participa dos Jogos Escolares de Minas Gerais.

A partir de informações coletadas em campo, foi observado que as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: Campeonato Municipal de Futebol, Campeonato Intermunicipal de Futebol e Futsal, Campeonato de Voleibol, Campeonato de Mountain Bike, Olimpíadas Escolares (Voleibol, futebol e Handebol).

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

O município possui três espaços ou infraestruturas de esporte e/ou lazer que, de acordo com as informações levantadas, constituem-se em ponto de encontro, prática de aulas de Educação Física, funcionamento da Escolinha de Futebol e em local de realização de eventos - torneio municipal, intermunicipal e outros. Os espaços ou infraestruturas de esporte e/ou lazer do município são os que se apresentam a seguir:

- Praça São Pedro;
- Ginásio Municipal de Esportes;
- Campo de Futebol.

Tabela 16 Espaços de esporte e lazer



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.3 Clipping de Notícias

O clipping de notícias foi elaborado a partir de buscas no principal sítio de busca da internet, o google¹⁷. Para tanto, utilizou-se uma taxonomia definida com palavras-chave associadas ao Evento e por ordem de relevância¹⁸. A taxonomia utilizada foi: Galiléia E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração. A pesquisa resultou em cinco notícias relativas ao município, conforme o apresentado na tabela abaixo.

¹⁷ goo.gl/46bXSx

¹⁸ O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015 e 30/11/2016.

Tabela 17 Clipping de notícias de Galiléia

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
O caminho da lama	04/12/2015	Folha de São Paulo	goo.gl/eQ4HvR Copy	Internacional	Negativo
Análise do MAB sobre o crime social e ambiental causado pelo rompimento das barragens da Samarco	01/12/2015	Alainet.org	goo.gl/SndWX8	Nacional	Negativo
Um ano de lama, descaso e reconstrução na maior tragédia ambiental brasileira – Parte 1	05/11/2016	Organics News Brasil	goo.gl/KNQs30	Nacional	Negativo
Falta d'água ainda castiga cidades no Leste de Minas Gerais por causa do rio Doce	19/11/2015	Estado de Minas	goo.gl/EVGRQ5	Regional	Negativo
Um mês da tragédia - veja ações da polícia, MP, MPF, Justiça e Samarco	05/12/2015	G1	goo.gl/qd8NaA	Nacional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

A primeira matéria¹⁹ se refere a um editorial publicado pelo jornal Folha de São Paulo em 04/12/2015. Intitulada “O caminho da lama”, as informações para a elaboração da publicação foram coletadas ao longo das localidades impactadas e são organizadas em capítulos. A intenção é demonstrar o alcance das consequências ambientais, econômicas e sociais do Evento de rompimento da barragem de Fundão.

19 goo.gl/eQ4HvRCopy

O município de Galiléia é citado no quarto capítulo, assinado por Lucas Ferraz e Avener Prado, nomeado “Enviados especiais a Galiléia (MG), Aimorés (MG) e Baixo Guandu (ES)”. O foco da reportagem é a previsão de dificuldades na reparação financeira por parte dos pescadores dessas localidades. A responsabilidade do desastre socioambiental é direcionada de modo mais proeminente à Vale, tendo em vista que os pescadores entrevistados, conforme informado na matéria, têm um histórico de luta judicial com a referida empresa. Os efeitos do Evento para os pequenos, médios e grandes agricultores também são mencionados. O destaque é o agricultor Bruno Cardoso, morador da zona rural do município de Galiléia, que à época ingressava na justiça contra a Samarco²⁰

O jornal Folha de São Paulo se situa entre os mais tradicionais veículos de notícias do Brasil, estando a sua versão eletrônica também entre as mais acessadas; logo, o seu alcance é nacional e internacional. Além da amplitude desse alcance, é interessante observar que a menção a Galiléia foi realizada em uma matéria de tipo editorial, que se caracteriza, em linhas gerais, por ser um mecanismo de informação mais aprofundado e capaz de extrapolar a orientação descritiva de uma notícia padrão.

O município foi mencionado, portanto, em um contexto no qual forma e conteúdo se combinam para que este último seja fortemente destacado. Sobre esse aspecto, observa-se, por outro lado, que o nome da cidade foi mobilizado em razão de um dos entrevistados ser um morador, podendo-se depreender de seu caso o recorte amplo dos agricultores atingidos.

Outra notícia associada ao município, de 01/12/2015²¹, foi publicada no sítio América Latina em Movimento, com o título “Análise do MAB²² sobre o crime social e ambiental causado pelo rompimento das barragens da Samarco”. Nela, Galiléia é listada como uma das

20 A seção, ainda, chama a atenção para a necessidade de se garantir “os direitos dos atingidos”, conforme fala de um membro do Ministério Público entrevistado, e a descrença da via jurídica para a efetivação das medidas de mitigação dos efeitos do Evento, salientando-se a preferência de muitos por um acordo firmado diretamente com a Samarco.

21 goo.gl/SndWX8

22 Movimento dos Atingidos por Barragens. Ver: goo.gl/CTzvIB.

localidades diretamente atingidas. A matéria traz, também, perspectivas sobre as possíveis consequências nos mais diversos âmbitos e acerca da presença do MAB na região afetada.

Cabe ressaltar que o conteúdo de uma notícia irá variar, em alguma medida, de acordo com a orientação do profissional que a escreve e, sobretudo, do editorial do veículo na qual ela está publicada. Para o caso em questão, observa-se, já no título, que a matéria traz uma série de significados que revelam o posicionamento acerca do Evento: “crime social e ambiental”. Posteriormente, diversas passagens apresentam teor negativo. Para além disso, a matéria foi elaborada pelo MAB, ou seja, o portal optou por dar voz aos representantes dos atingidos.

Finalmente, a frase de assinatura da notícia, “Água, minério e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular!”, consubstancia o tom crítico da notícia em relação ao Evento e à empresa. Ao explorar todos os aspectos negativos ligados ao ocorrido, portanto, a notícia impacta negativamente a imagem dos municípios atingidos nela listados, a exemplo de Galiléia.

A equipe do sítio *Organics News Brasil* – Estilo de Viver Sustentável publicou, no exato um ano após o Evento (05/11/2016), a matéria intitulada “Um ano de lama, descaso e reconstrução na maior tragédia ambiental brasileira – Parte 1”²³, tratando-se de uma retrospectiva “mês a mês”²⁴. A notícia destaca as ações da Samarco, do Ministério Público, organizações e instituições diversas, a exemplo do Grupo Governança pelo Rio Doce²⁵ e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)²⁶.

No mês de dezembro de 2015, o município de Galiléia é citado entre aqueles que, conforme informações do portal G1²⁷, receberiam aporte financeiro proveniente do Ministério da Saúde

23 goo.gl/KNQs30

24 À retrospectiva é conferida autoria às jornalistas Luciana Almeida e Vera Moreira, além da produtora Carolina Moreira.

25 goo.gl/YyhuDI

26 goo.gl/zluvsz

27 goo.gl/DTbxg8

“para a realização de ações contingenciais de vigilância sanitária”. Todos os municípios listados obedeciam ao critério de possuir desabrigados, desalojados e risco de desabastecimento de água. A expectativa era de que a cidade recebesse 21.467,06 reais. Ao listar município de Galiléia entre aqueles passíveis de receberem tal recurso, a notícia implica em uma percepção de que este se encontra entre os atingidos diretamente pelo “maior desastre ambiental do Brasil”, o que se configura em um impacto negativo em sua imagem.

Já na reportagem “Falta d’água ainda castiga cidades no leste de Minas Gerais por causa do rio Doce”, publicada em 19/11/2015 pelo jornal Estado de Minas²⁸, a situação de Galiléia à época é descrita como “crítica”. As dificuldades relativas ao abastecimento de água foram relatadas pelo Prefeito do município à época, senhor Rômulo Gonçalves de Oliveira (PMDB), o qual afirma se tratar de uma localidade “muito pobre” e sem “condições de fazer o tratamento da água suja do rio Doce, como está sendo feito em Governador Valadares”. Por fim, o Prefeito revela que os moradores chegaram a passar dois dias sem receber água.



Figura 12 Foto veiculada no jornal Estado de Minas em 19/11/2015

Fonte: Jornal Estado de Minas (19/11/2015)²⁹.

²⁸ goo.gl/EVGRQ5

²⁹ Acesso em: 03/12/2016. Disponível em: goo.gl/EVGRQ5

da barragem de Fundão, em 2015. A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas³² e a Onda Política³³ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs³⁴ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia³⁵, que dispõe de artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

Tabela 18 Síntese de citações

Município de Galiléia		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/6jliL	Não
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Sim
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

32 goo.gl/BcEHVc

33 goo.gl/x1VYhC

34 Organização Não Governamental

35 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

No quadro acima, é possível observar que o município de Galiléia foi mencionado em somente uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS³⁶ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”³⁷, de dezembro de 2015, são sistematizados dados e informações acerca do Evento, com o objetivo de promover a reflexão acerca do papel desempenhado pela atividade mineradora no Brasil³⁸.

A publicação é fruto de parceria firmada entre pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³⁹.

Ainda que o município tenha sido citado no relatório, verifica-se que o foi em listagens, em meio a outros municípios. A primeira⁴⁰ se refere à interrupção do abastecimento de água, que, à época do ocorrido, deu-se em Governador Valadares (MG), Colatina (ES) e Baixo Gandu (ES).

Já Galiléia é elencada como um dos municípios que “tiveram problemas de abastecimento”, observando-se a separação semântica entre os termos “interrupção” e “problemas”. Outra menção⁴¹ em listagem se refere à relação dos municípios para os quais foi decretado estado de emergência ou calamidade pública, também à época do Evento. Desse modo, infere-se que o impacto na imagem do município de Galiléia a partir da análise da produção acadêmica

36 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

37 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

38 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o Evento. Ver: goo.gl/1soM41 Copy short U

39 goo.gl/Ry1Shs Copy short URL

40 Página 55.

41 Página 55.



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



pode ser considerado baixo, tendo em vista que conta com inexpressivo grau de conhecimento científico e que este é limitado ao âmbito nacional.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

Em entrevista institucional, os representantes do poder público informaram que o turismo não tem importância significativa para Galiléia, notando-se tal atividade apenas nos eventos como Festa Junina e Festival da Manga. A avaliação do entrevistado em relação à infraestrutura de equipamentos e receptivo no município (hotéis, restaurantes, bancos, etc.) é regular, uma vez que poderia ser melhor e mais diversa.

Quanto à Samarco, a avaliação em relação à sua atuação desde o ocorrido no município foi considerada, até o presente momento, boa.

As principais dificuldades do município são a falta de atrativos turísticos e a ausência de relação entre o poder público e a iniciativa privada para alavancar atividades relacionadas ao setor. Segundo o entrevistado, as formas de apoio utilizadas pela prefeitura para promover e fomentar iniciativas no setor do turismo se dão a partir de recursos próprios e de recursos obtidos em parceria com o governo estadual.

A característica marcante do turismo municipal é o lazer e, levando em conta as potencialidades e as demandas do município, a ação prioritária que pode ser promovida para o desenvolvimento local nesse setor, segundo o entrevistado, seria o incremento de atrativos fortes naquilo que se refere à atenção dos turistas. Um exemplo é o da Cachoeira do Candinho, que, de acordo com sugestão do gestor público, poderia ser revitalizada.

Após aplicar os questionários do INVTUR nos empreendimentos e serviços turísticos e obter um questionário com perguntas complementares aos gestores públicos e privados, destaca-se que as principais potencialidades e fragilidades levantadas no município foram:

- A cidade está localizada bastante próxima e tem uma relação muito estreita com o rio Doce;
- A população local é pouco sensibilizada e mobilizada para o turismo;
- O município apresenta uma pequena estrutura para o turismo, mas que atende a demanda atual.

4.2 Cultura

O município carece de estrutura institucional adequada para o desenvolvimento da política cultural. Não dispõe, também, de Plano Municipal de Cultura, Fundo, Conselho ou Lei de Incentivo. Sua política de patrimônio encontra-se desativada, uma vez que interrompeu a participação na política do ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017, e o Conselho de Patrimônio não está em funcionamento.

Galiléia não dispõe de legislação que estabeleça diretrizes, princípios e objetivos da política cultural. Conforme anteriormente expresso, o município também não possui lei de criação do Sistema Municipal de Cultura, assim como carece de legislação suficiente sobre temas e dimensões específicos da política cultural. As leis que abarcam dimensões específicas da política cultural no município se referem à proteção do patrimônio cultural – Lei nº 2/2002 – e aos mecanismos de participação social – leis que instituem os conselhos municipais de Cultura e de Patrimônio Cultural.

A política de preservação do patrimônio histórico e artístico de Galiléia é regida pela Lei nº 2/2002. Seus espaços e equipamentos aptos a abrigar manifestações artísticas e culturais e a preservar e difundir a memória local são insuficientes para promover o acesso aos bens simbólicos do presente e do passado. No entanto, a biblioteca pública municipal, além de ser o lugar da informação, pode ter seu uso ampliado para a oferta de atividades culturais diversas.

É importante destacar, ainda, o potencial de elevação da pontuação do município junto ao ICMS Patrimônio Cultural. Caso sejam realizadas as ações necessárias em conformidade com os critérios do IEPHA, mais recursos para investimento nas políticas de cultura e patrimônio podem ser disponibilizados para Galiléia.

Por fim, é fundamental destacar a necessidade de se realizar a adesão ao Sistema Nacional de Cultura e a implantação do Sistema Municipal, com todos seus componentes, de forma a incrementar e fortalecer a ação cultural local, garantindo a democratização da cultura para a população galileense.

4.3 Esporte e Lazer

O representante municipal entrevistado declara que o Esporte é muito importante para o município, pois permite destacar o nome da cidade. Em função dele, ainda, pode-se organizar eventos esportivos, sendo esta uma forma de incentivar a população a praticar mais esportes e detectar novos talentos.

Segundo suas percepções, a maior potencialidade de Galiléia no âmbito esportivo é a equipe de futebol, visto que ela tem grande representatividade por ser um dos melhores times da região. A equipe é bicampeã da Copa Leste, embora a falta de apoio (recursos financeiros, materiais esportivos, auxílio com transporte, etc.) seja apontada como a principal dificuldade.

Quanto ao Lazer, o entrevistado afirma ser também muito importante para o desenvolvimento social e econômico do município. Ele entente que as atividades de lazer levam ao aumento dos praticantes de corridas e caminhadas, trazendo possibilidades de detectar futuros talentos esportivos. Além disso, segundo o seu ponto de vista, os eventos de esporte e lazer movimentam a economia local.

De acordo com as suas percepções, a criação de uma academia popular para atender a comunidade e novos locais para a prática de esporte, bem como a revitalização da margem do rio Doce com um calçadão, são considerados potencialidades de lazer no município. Entre as dificuldades observadas para o desenvolvimento do Lazer local, foi apontada a falta de áreas para caminhar, correr e andar de bicicleta, uma vez que a realização de tais atividades no asfalto pode acarretar riscos.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- a) Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- b) Classificação dos impactos;
- c) Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- d) Descrição geral dos impactos ambientais;
- e) Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 19.

Tabela 19 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- a) Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- b) Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- c) Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- d) Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- e) Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 20 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
	Impacto ambiental e na paisagem											



	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											
Cultura	Impacto sobre Bens Imóveis											
	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais											
	Impacto sobre Bens Móveis											
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural											
	Alteração de Costumes Locais											
	Alteração na Agenda Cultural											
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas											
	Alteração do Calendário Esportivo											
	Alteração de atividades de entidades esportivas											
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas											
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte											
Lazer	Impacto sobre Espaços de Sociabilização											

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 14 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.

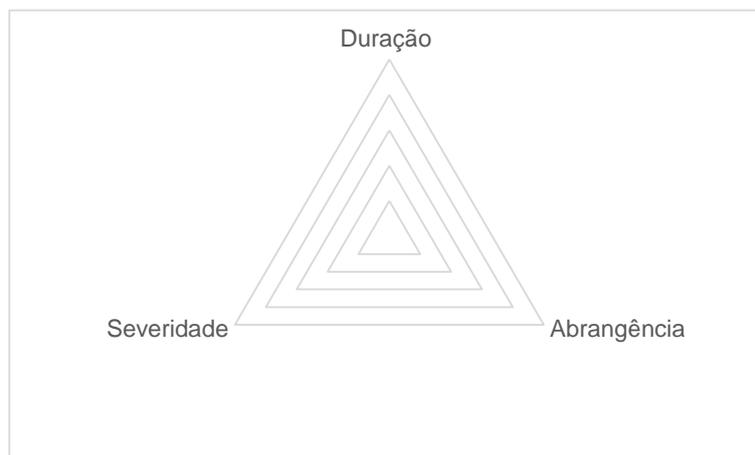


Figura 14 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 15, a seguir:

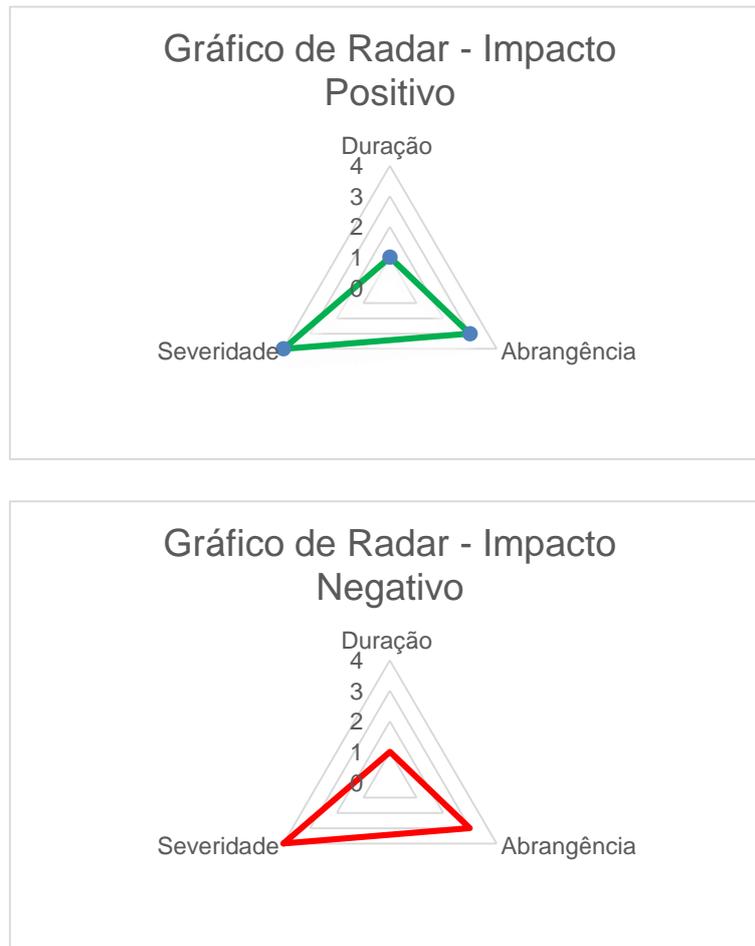


Figura 15 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve

para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 16 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

		Níveis de Severidade			
		1	2	3	4
Níveis de Magnitude	4				
	3				
	2				
	1				

Impacto pouco significativo

Impacto significativo

Impacto muito significativo

Impacto crítico

Figura 16 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela

implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;

- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo aponta para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;

- b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.

Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;

- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.



- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;

- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;

- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;

- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;

- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;

- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

5.2.1 Impactos na Imagem do Município

De modo geral, o rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado a mídia e a ciência.

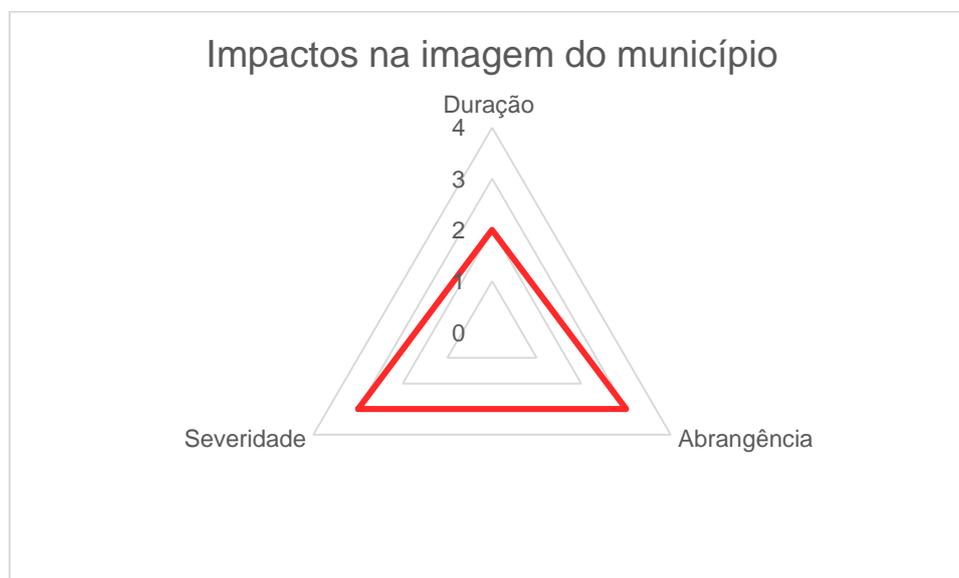
Os municípios tiveram sua imagem negativamente impactada em decorrência da publicação de matérias abordando a insegurança quanto à água, em veículos de alcance regional, nacional e internacional, sobretudo jornais, revistas e Internet.

A metodologia de avaliação de impacto sobre a imagem do município, aqui utilizada, se baseia na mensuração do efeito a partir de três variáveis: severidade, abrangência e duração.

Nas matérias jornalísticas e na produção acadêmica em que Galiléia é mencionada, observam-se narrativas de teor negativo. Salienta-se matéria veiculada pelo jornal Estado de Minas, que aborda o desafio do abastecimento de água nos municípios impactados, utilizando inclusive a fala do Prefeito de Galiléia, em entrevista, e o recurso de imagem. O mesmo se estende à Folha de São Paulo, que aborda o impacto do Evento sobre as atividades agrícolas no município, exemplificando a situação de um morador da zona rural. De modo geral, porém, Galiléia é citada em matérias que tomam vários municípios como objeto.

Ainda que cada matéria tenha efeitos específicos, considera-se que, em seu conjunto, elas geraram um impacto de abrangência municipal (3), de severidade média alta (3), isso porque o pequeno número de reportagens é compensado pelo alcance de alguns dos veículos nas quais as mesmas foram publicadas, especialmente o jornal Folha de São Paulo. A avaliação para efeitos de duração é que são de média duração (2), uma vez que a relevância destes veículos possa estender sua repercussão no tempo.

Gráfico 2 Impactos na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em função dessas características, este impacto é avaliado como muito significativo (3).

5.2.2 Impacto sobre Locais de Importância Cultural e Turística

Conforme apontado no diagnóstico cultural, Galiléia possui um sítio de interesse histórico, denominado Rua Dorival Machado, conhecida com Rua da Barca. Essa rua se inicia próximo à Prefeitura Municipal e dá acesso ao porto no rio Doce, de onde uma barca realiza o serviço de transporte de passageiros de Galiléia para São Tomé, distrito de Tumiritinga. Essa região do porto, local agradável e arborizado, de onde se costuma contemplar a paisagem e, eventualmente, banhar, é equipada com um quiosque, particular, que vende comidas e bebidas, além de oferecer sanitário, sinuca, mesas e cadeiras.



Figura 17 Equipamentos culturais que sofreram impacto em Galileia

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por ocasião do Evento de rompimento da barragem registrou-se impactos sobre a referida paisagem, em particular na área do porto, com a permanência da lama na orla. Em decorrência, o porto teve a frequência de clientes e visitantes reduzida em 60% durante oito meses, período em que o quiosque instalado na beira do rio esteve fechado, sendo posteriormente vendido a outro comerciante; à época dos levantamentos de dados em campo, o quiosque já se encontrava renovado e em funcionamento.

Ademais, a lama despejada da barragem de Fundão assoreou significativamente o rio Doce naquela região, interrompendo o serviço de transporte realizado pela barca durante parte do ano de 2016. Também foi relatada a ocorrência de forte mau cheiro à época do Evento, resultante da severa mortandade de peixes. Não há informação sobre qualquer intervenção para a melhoria das condições de funcionamento do serviço de transporte da referida barca. Entretanto, com a recuperação parcial do volume de água do rio Doce naquele trecho, o serviço de transporte por barca foi reestabelecido e o quiosque reaberto, sob nova direção.

Com base em tais informações avalia-se, portanto, tratar-se de impacto de natureza negativa sobre um lugar de importância cultural e turística, implicando em comprometimento de curta duração (1) de sua infraestrutura, frequência e funcionamento. Trata-se de impacto originado diretamente do Evento, que implicou em perda da qualidade da água, a paisagem, e de abrangência regional (4), considerando que comprometeu o transporte entre dois municípios durante grande parte do ano de 2016. A severidade deste impacto foi avaliada como média-alta (3).

Gráfico 3 Impacto sobre locais de importância cultural e turística



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A significância deste evento foi avaliada como crítico (4).

5.2.3 Impactos sobre Equipamentos Destinados a Práticas Esportivas e de Socialização

O rompimento da barragem de Fundão gerou impactos indiretos sobre dois equipamentos sociais destinados a práticas esportivas em Galiléia, conforme se descreve e avalia, a seguir.

5.2.3.1 Campo de Futebol

Conforme diagnosticado, o campo de futebol é um equipamento esportivo de elevada importância para os moradores de Galiléia, por ser o único destinado à referida modalidade esportiva e por abrigar diferentes atividades e públicos.

O referido campo tinha uma cisterna por meio da qual coletava-se água para os usos necessários em tal equipamento esportivo. Após o rompimento da barragem de Fundão a referida cisterna passou a ser utilizada para ajudar a abastecer de água a população. Em razão do uso prioritário no abastecimento da população, a grama do campo ficou sem irrigação e secou. Por consequência, o time de Galiléia, as crianças das escolas e das escolinhas de futebol, Igrejas e outras pessoas do município ficaram carentes de um equipamento esportivo de qualidade para a prática de atividades esportivas e de lazer.

Portanto, o Evento impactou parcialmente este equipamento esportivo e, com efeito, a comunidade de usuários. Obteve-se a informação de que até o período em que foram procedidos os levantamentos de dados no município não houve qualquer tipo de intervenção para mitigar o problema, embora se trate de uma situação passível de correção em curto prazo.

5.2.3.2 Quadra do Ginásio Municipal de Esportes

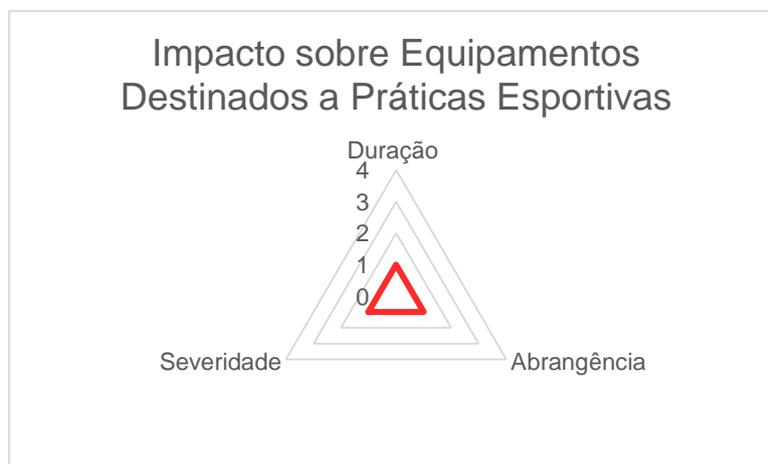
A quadra do Ginásio Municipal de Esportes é utilizada pela população de Galiléia para aulas de educação física, escolinha de futsal, ações da Igreja e realização de eventos, tais como torneios municipais, intermunicipais e outros.

Por ocasião do rompimento da barragem de Fundão, o referido Ginásio passou a ser utilizado como local para estoque de caixa d'água e água mineral, enquanto a empresa Samarco desenvolvia ações imediatas de melhoria no sistema hídrico no município. Por essa razão, o uso desse equipamento esportivo ficou interdito pelo período de oito meses. Segundo o Secretário de Esportes, por causa dessa utilização temporária do espaço, o Ginásio teve seu piso arranhado e, devido à falta da limpeza semanal, que era realizada antes do Evento, as aves sujaram as paredes. Como a intervenção de melhoria, a Samarco consertou o piso danificado, porém, segundo o entrevistado, a empresa

deveria ter feito reforma geral no Ginásio, pintando as paredes sujas; somente o piso teria sido pintado.

Considerando o impacto sobre estes dois equipamentos pode-se dizer que este impacto indireto é de natureza negativa, abrangência local (1), curta duração (1) e severidade baixa (1).

Gráfico 4 Impacto sobre Equipamentos Destinados a Práticas Esportivas



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em função destas características, este impacto é avaliado como pouco significativo (1).

5.2.4 Impacto Direto sobre Atrativos Turísticos e de Lazer

A Cachoeira do Candinho localiza-se em um afluente do rio Doce e está a uma distância de aproximadamente 340 metros da zona urbana de Galiléia (Figura 18). Esta era utilizada pela população local como forma de lazer para passeio ao ar livre, banho, pesca amadora e realização de piquenique. Embora o córrego no qual se localiza a cachoeira esteja a aproximadamente 3,3 Km de distância do rio Doce foi percebida uma alteração em relação aos peixes. De acordo com o morador entrevistado, “alguns peixes tentando

se salvar subiram o rio no sentido do córrego e atualmente a pesca ainda não voltou ao normal no local”.

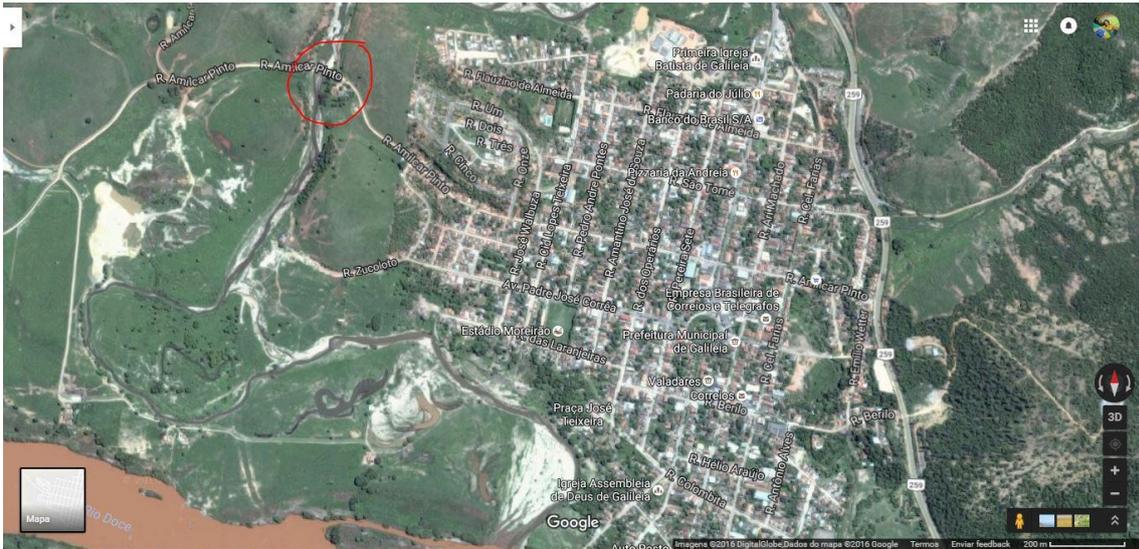
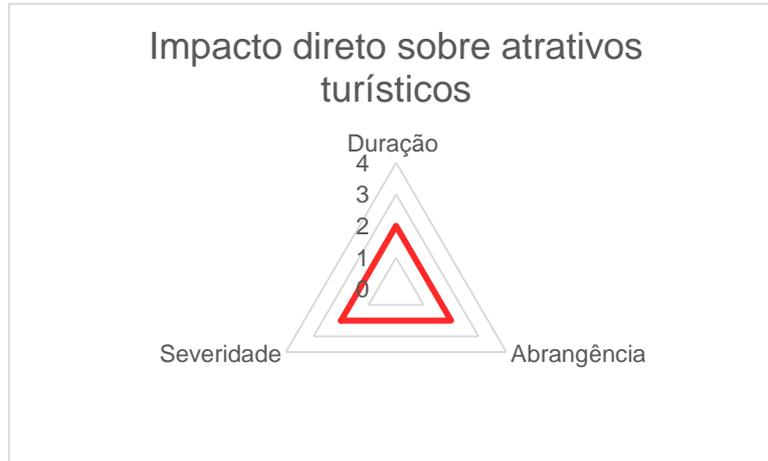


Figura 18 Localização da Cachoeira do Candinho

Fonte: Google Mapas, 2016

O Evento de caráter negativo impactou indireta e parcialmente este atrativo natural e turístico e não é mais possível realizar a pesca. Trata-se de um impacto mitigável em médio prazo (2), considerando a estimativa de que em até cinco anos o local tenha os peixes reestabelecidos e sua abrangência é no nível da comunidade (2). A severidade deste impacto pode ser avaliada como média (2).

Gráfico 5 Impacto direto sobre atrativos turísticos e de lazer



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em função destas características, a significância deste impacto é definida como significativo.

5.2.5 Alteração de Costumes e das Formas de Lazer

Alguns costumes foram indiretamente alterados em Galiléia por decorrência do rompimento da barragem de Fundão. Os impactos relacionados ao assoreamento do rio Doce, à contaminação das águas do Córrego Laranjeiras, e ao abastecimento de água no município provocaram alterações em diversos costumes locais, a saber: os usos da Cachoeira do Candinho para passeios, piqueniques e banho; os passeios pela Rua da Barca e a contemplação do Rio no Porto; a prática de esportes no campo de futebol e no ginásio de esportes e a pesca amadora.

Conforme anteriormente exposto, a travessia do rio por meio da barca que realiza o serviço de transporte entre os municípios de Galiléia e Tumiritinga, bem como os passeios pela Rua da Barca até o porto no rio Doce, para fruição da paisagem, se constituem em costumes da população galileense e de seus visitantes. Em decorrência do Evento, o referido costume foi impactado, sendo interrompido temporariamente em

função do assoreamento do rio Doce e do comprometimento da estrutura do porto, particularmente da orla.



Figura 19 Balsa em Galiléia

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

As principais atividades de esporte e lazer dessa localidade são: caiaque, passeios de barco para as praias (pequenos bancos de areias), passeios de jet ski e pesca esportiva e, devido à passagem da lama, houve alteração no cotidiano comunitário relativo à prática dessas atividades.

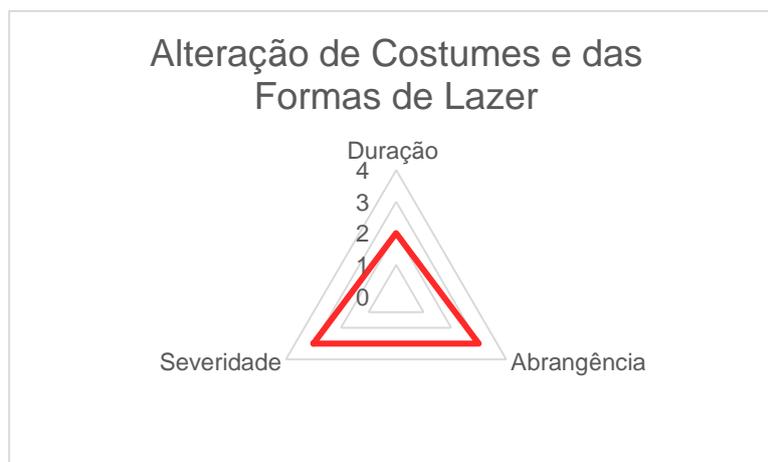
Do mesmo modo, os usos da Cachoeira do Candinho em atividades de lazer – banho, passeio, contemplação - foram negativamente impactados pelo Evento. Esse impacto impossibilitou o uso da referida cachoeira pela população local e visitantes por um período de oito meses. Trata-se, pois, de um impacto de média duração, considerando que o restabelecimento das condições originárias da cachoeira e, por consequência, das possibilidades de uso em atividades de lazer requererá um período estimado em até cinco anos.

O cotidiano comunitário relativo ao lazer também foi indiretamente impactado em decorrência do comprometimento das estruturas do campo de futebol e do ginásio de esportes e do uso de seus espaços em atividades emergenciais para atendimento às vítimas do Evento. Dessa forma, o Evento impactou indiretamente o cotidiano da população local no que se refere às práticas de esportivas e de lazer em tais equipamentos esportivos por um período de oito meses, considerado como curto prazo. Algumas intervenções foram realizadas em tais estruturas esportivas e, embora estas não se encontrem conforme suas condições originais, seus usos foram restabelecidos.

Por fim, tem-se os impactos sobre o costume da pesca amadora esportiva no Córrego Laranjeiras. O despejo da lama e a contaminação das águas do referido córrego, tributário do rio Doce, impossibilitou a prática da pesca amadora por moradores e visitantes. Embora restabelecida, essa prática tradicional não se restabeleceu como era antes do Evento.

Tomando as diversas dimensões relativas a alterações de costumes locais supra descritas avalia-se que, de modo geral, esse impacto como de natureza negativa, de abrangência municipal, de média duração e média severidade.

Gráfico 6 Alteração de Costumes e das Formas de Lazer



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Este impacto é classificado como muito significativo, em acordo com a metodologia adotada.

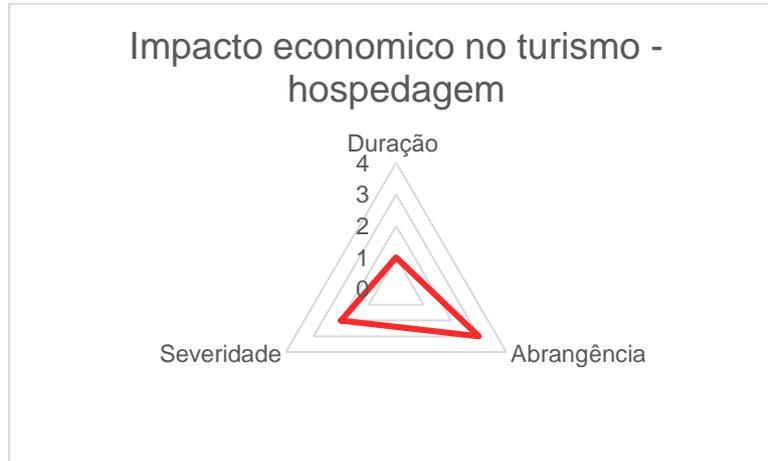
5.2.6 Impacto econômico no setor turístico

5.2.6.1 Meios de Hospedagem

Analisar características da ocupação hoteleira é bastante delicado visto que esse é um mercado bastante segmentado; cada localidade possui características particulares e a sazonalidade influencia diretamente no resultado final. Em locais onde houve algum tipo de impacto após o Evento essa dinâmica fica ainda mais complexa. No município de Galiléia, um dos empreendedores do setor hoteleiro afirmou, em entrevista, que nos primeiros quatro meses após o rompimento da barragem seu empreendimento teve a taxa de ocupação acrescida em 15% devido à presença de prestadores de serviço para a Samarco na região. O outro entrevistado percebeu um impacto negativo de 60% na taxa de ocupação de seu empreendimento e uma redução de aproximadamente 70% no número de empregos diretos e indiretos gerados. Este empresário acredita que esses fatos são consequências da diminuição dos visitantes e da oferta de peixes para o comércio. Embora a taxa de ocupação desse empreendimento tenha sofrido, conforme relata o respectivo empreendedor, um impacto expressivo faz-se necessário analisar de modo mais detido as variáveis intervenientes a fim de mensurar quanto do percentual de queda na taxa de ocupação está efetivamente relacionado ao Evento. Ponto comum aos relatos dos dois empresários entrevistados foi a necessidade de encontrarem alternativas para o abastecimento de água de seus estabelecimentos hoteleiros.

Trata-se, portanto, de um impacto indireto, de natureza negativa, de média duração, abrangência municipal, e média severidade.

Gráfico 7 Impacto econômico no turismo - hospedagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

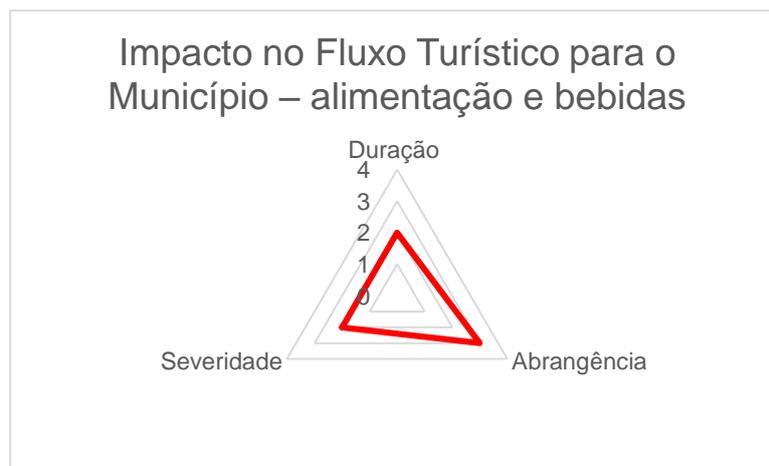
Este impacto, em função de suas características, é avaliado como significativo.

5.2.6.2 Serviços e Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Todos 14 empreendimentos inventariados no segmento de serviços e equipamentos de alimentos e bebidas sentiram algum tipo de impacto após o Evento. Ao referenciar os impactos negativos o mais relatado foi a interrupção no abastecimento de água, que prejudicou na qualidade dos serviços prestados e interferiu no aumento no custo dos produtos já que tinham que comprar água mineral. Outro ponto percebido foi diminuição no número de peixes para o comércio e a consequente diminuição de pescadores que frequentavam e consumiam os produtos e serviços da cidade. Todavia, um empreendimento percebeu um aumento considerável (40%) na utilização de seus serviços devido ao atendimento de funcionários que prestaram serviços para a Samarco por 4 meses após o Evento. As informações do gestor público entrevistado corroboram as informações fornecidas pelos empresários, uma vez que alega ter tido um impacto diante do fluxo gerado pelos funcionários da Samarco, movimentando a economia durante aproximadamente 4 meses.

Trata-se, portanto, de um impacto indireto, de natureza negativa, de média duração, abrangência municipal, e média severidade.

Gráfico 8 Impacto no fluxo turístico para o município – alimentação e bebidas



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Este impacto é avaliado como significativo, tendo como referência suas características e a metodologia adotada.

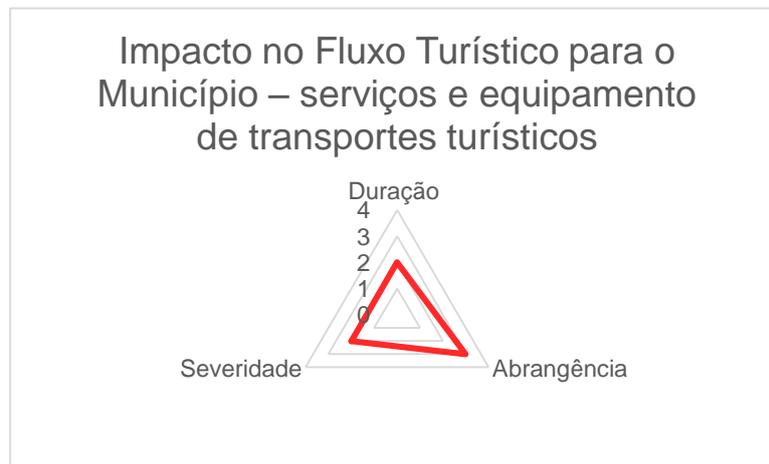
5.2.6.3 Serviços e Equipamento de Transportes Turísticos

Foram inventariados dois prestadores de serviços de transportes turísticos: a Balsa que faz o trajeto Galiléia – São Tomé e um ponto de táxi. Ambos serviços detectaram algum tipo de impacto após o Evento. Os taxistas consideram que sofreram prejuízo de 25% em relação à oferta de empregos diretos e indiretos relacionados ao turismo e o fluxo de usuários diminuíram aproximadamente 40% em virtude da diminuição do poder aquisitivo da população e pelo fato de não haver mais pescadores na região. Os responsáveis pela balsa perceberam uma diminuição de aproximadamente 66% no número de usuários e entendem como principal fator determinante o mau cheiro e o “barro grosso” que foi formado após o Evento no rio Doce. A empresa forneceu gratuitamente água mineral à

população durante um tempo, ao qual não foi precisado pelo entrevistado, a medida foi considerada boa, ainda que insuficiente. Da mesma forma, o gestor público entrevistado corrobora a avaliação sobre o transporte realizado por meio da Barca, ainda sem intervenção da empresa a fim de mitigar o impacto negativo.

Trata-se, portanto, de um impacto direto, de natureza negativa, de média duração, abrangência municipal, e média severidade.

Gráfico 9 Impacto no Fluxo Turístico para o Município – serviços e equipamento de transportes turísticos



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

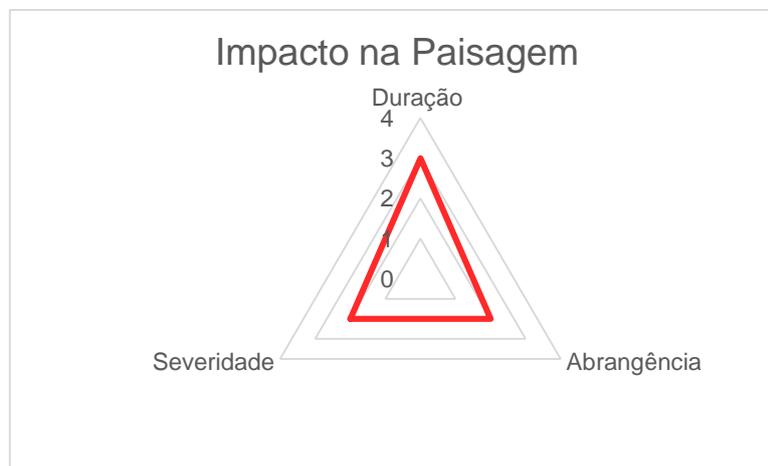
Em função destas características, este impacto foi avaliado como significativo.

5.2.7 Impacto na paisagem

O Evento gerou impacto na paisagem dos municípios às margens do Rio Doce. De maneira geral, o rio Doce serve como importante ponto de referência para as comunidades locais, bem como regionalmente. Em Galileia, que está localizada às margens deste curso d'água, o impacto na paisagem foi percebido pelos munícipes de uma maneira bastante evidente, tal como já explicitado anteriormente.

Este impacto é considerado negativo, direto, de média duração, considerando que a recuperação desta área deverá durar um período de até cinco anos, e de abrangência municipal, uma vez que incide sobre a imagem deste. A severidade do impacto foi considerada como alta, em função da do nível de dependência do município em relação ao desenvolvimento de atividades próximas às suas margens.

Gráfico 10 Impacto na paisagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em função destas características, este impacto foi classificado como muito significativo.

A seguir, apresenta-se tabela com a classificação dos atributos relativos aos impactos acima descritos:

Tabela 21 Planilha de identificação dos impactos ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
	Descrição	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impactos na Imagem do Município	Notícias veiculadas em mídias digitais e televisivas regionais e nacionais	IN	ID	2	3	3	3	Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Capacitação e Promoção do Turismo Ações de fortalecimento institucional para a gestão das políticas de turismo, cultura esporte e lazer	1	1	1
Impacto sobre Locais de Importância Cultural e Turística	Rua da Barca	IN	ID	1	4	3	4	Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Capacitação e	2	1	1

								Promoção do Turismo			
Impactos sobre Equipamentos Destinados a Práticas Esportivas e de Socialização	Campo de Futebol e Quadra de Esportes	IN	II	1	1	1	1	Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	1	1
Impacto Direto sobre Atrativos Turísticos e de Lazer	Cachoeira do Candinho	IN	II	2	2	2	2	Ações de Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Requalificação Ambiental Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
Alteração de Costumes e das Formas de Lazer	Diversos costumes e práticas tradicionais e de lazer	IN	ID	2	3	3	3	Ações de Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Requalificação Ambiental Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1

Impacto no Fluxo Turístico para o Município	Hospedagem	IN	II	2	3	2	2	Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
	Alimentação e bebidas	IN	II	2	3	2	2	Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
	Serviços e equipamento de transportes turísticos	IN	II	2	3	2	2	Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
Impacto na Paisagem	Impacto visual	IN	II	2	3	4	3	Ações de Requalificação Ambiental	1	2	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no município

Tabela 22 Listagem de participantes de reunião institucional em Galiléia

Nome	Nome do órgão/setor
Romário Gonçalves de Oliveira	Secretário de Agricultura
Wallace Roberto de Freitas Pinto	Secretário de Cultura e Turismo
Weverson de Oliveira	Secretário de esporte
Lucimara Borges Pinto	Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 23 Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental

			Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos



Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

- ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 20/12/2016.
- BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.
- BRASIL - LEI FEDERAL Nº 11.771 (LEI GERAL DO TURISMO). 2008.
- BRASIL. 2014. MINISTÉRIO DA CULTURA. SECRETARIA DE POLÍTICAS CULTURAIS. CONSULTA PÚBLICA DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 03.07.2014, CONSULTADO EM 18.11.2016.
- BRASIL. 2015. MINISTÉRIO DA CULTURA. SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 6.8.2015, CONSULTADO EM 18.11.2016.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. INSTITUCIONAL. BRASÍLIA, 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.ESPORTE.GOV.BR/](http://www.esporte.gov.br/)> ACESSO EM: 17/11/2016
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO – DIRETRIZES DO TURISMO NACIONAL. 2010-2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - ESTUDO DE COMPETITIVIDADE DOS 65 DESTINOS INDUTORES – 2009.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - PLANO NACIONAL DE TURISMO 2003-2007.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - PLANO NACIONAL DE TURISMO 2007-2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - PLANO NACIONAL DE TURISMO 2013-2016.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. ESTATÍSTICAS BÁSICAS DO TURISMO. BRASÍLIA, 2006.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. PNT – PLANO NACIONAL DO TURISMO. DIRETRIZES, METAS E PROGRAMAS, 2003 – 2007.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – DIRETRIZES POLÍTICAS. 2004.
- DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 18/12/2016.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IMRS. 2013.

FUTURA, MATRIZ DE HIERARQUIZAÇÃO DE INICIATIVAS, 2016.

[HTTP://CEV.ORG.BR/BIBLIOTECA/POLITICA-NACIONAL-ESPORTE/](http://cev.org.br/biblioteca/politica-nacional-esporte/)

[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 19/12/2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. ECONOMIA DO TURISMO: UMA PERSPECTIVA MACROECONÔMICA. 2003-2009. 2012.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 19/12/2016.

IER – INSTITUTO ESTRADA REAL. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.INSTITUTOESTRADAREAL.COM.BR/](http://www.institutoestradareal.com.br/). ACESSO EM 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. GALILÉIA. IMRS.FJP.MG.GOV.BR. ACESSADO EM 16.11.2016.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM 18.11.2016.

MINAS GERAIS. 2016. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. MUNICÍPIOS. ACESSADO EM: 18/12/2016. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/)

MINAS GERAIS. LEI 22.257 DE 20 DE JANEIRO DE 2011. ESTABELECE A ESTRUTURA ORGÂNICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PALÁCIO TIRADENTES, EM BELO HORIZONTE, 27 DE JULHO DE 2016. ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 21/09/2016.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: [<HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/>](http://esportes.mg.gov.br/) ACESSO EM: 18/11/2016

MINISTÉRIO DO TURISMO. INTRODUÇÃO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. BRASÍLIA, 2007.

OMT – CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA DO TURISMO. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://ETHICS.UNWTO.ORG/SITES/ALL/FILES/DOCPDF/BRAZIL_0.PDF](http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf)

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. ANNUAL REPORT 2011, MADRID, 2012.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW2.UNWTO.ORG/](http://www2.unwto.org/).

PEDST-MG – PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DE MINAS GERAIS - DIAGNÓSTICO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. 2016.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DO GALILÉIA, 2016.

SEC. SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009.
DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 13 NOV. 2008.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 19/12/2016

SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO: [HTTP://WWW.GALILEIA.MG.GOV.BR/](http://www.galileia.mg.gov.br/)

WTTC – WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL. ECONOMIC IMPACT OF TRAVEL & TOURISM. BRAZIL. 2016.